

CONFERÊNCIA DA PRIMAVERA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A competitividade da agricultura em Portugal depende da sua capacidade para remunerar de forma adequada os factores de produção utilizados, depende do nível de suporte gerado pelos diferentes tipos de medidas de política praticados e da produtividade económica dos factores de produção utilizados.

A produtividade económica dos factores de produção utilizados depende, por sua vez, da respectiva produtividade em volume e dos preços paritários de importação e exportação dos produtos e factores de produção intermédios em causa.¹

A estrutura das explorações agrícolas é um factor base condicionante da produtividade. De acordo com informação do Eurostat – Estatísticas 2007-2008, Portugal apresenta uma superfície agrícola utilizável ² por exploração média de 20,24 hectares, ocupando em relação aos 27 estados-membros que constituem a União Europeia o oitavo lugar dos países com superfície por exploração média inferior. Sendo 181.600 o número total de explorações em Portugal, só 12% do número das explorações apresentam uma dimensão superior a 20 hectares, representando 71% da superfície agrícola utilizada. Em relação à média de unidade de trabalho ano (UTA) ³ por exploração, Portugal apresenta um indicador de 1,35, ficando em décimo quinto lugar em relação aos estados-membros com o indicador mais baixo.

A grande diversidade de assimetrias existentes em Portugal pela sua especificidade regional e pelo seu enquadramento em relação aos estados-membros da comunidade, são uma variável condicionante da produtividade, mas por si só não tem influência na competitividade da agricultura Portuguesa.

De facto, a agricultura portuguesa pode tirar vantagens da sua especificidade, produzindo produtos de elevada qualidade e diferenciados, competitivos no mercado interno e externo. Para concretizar o objectivo da excelência da produção agrícola é fundamental investir na inovação e na tecnologia.

Em Portugal não existe a aposta na inovação. A inovação na agricultura em Portugal tem como base o padrão referencial de Espanha, nem sempre ajustado da melhor forma e com mais eficácia à especificidade do nosso país. Portugal, se quer ter uma agricultura de excelência deve criar medidas de política que incentivem e fomentem a inovação.

¹ Avillez, Francisco; Jorge, Manuela Nina; Trindade, Carlos Pedro; Pereira, Nuno; Serrano, Pedro; Ribeiro, Isabel. "Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal", Almedina. Página 318.

² SAU: Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

³ UTA: Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Em relação ao mercado dos produtos agrícolas, existe um grande fosso entre os preços do produtor e os preços pagos pelos consumidores.

Apesar de em muitos casos a grande diferença entre os preços do produtor e os preços do consumidor ser legítima e decorrer da indispensável intervenção dos circuitos de transformação e distribuição, noutros casos essa diferença resulta de ganhos menos legítimos, de complexos e irracionais circuitos de distribuição, ou da imposição de preços.

Sendo a produção de leite uma das actividades mais afectada pela diferença de preços do produtor e do consumidor, esta situação tem-se vindo a agravar como se demonstra no quadro indicado. Em Portugal esta situação tem consequências mais graves para os produtores de leite atendendo ao agravamento dos custos dos factores de produção e ao desmantelamento do sistema de quotas.

Variação preços Produtor e Consumidor (Q1 2009 vs Q4-2007)

	Producer prices (farmers, processors)				Consumer prices	
	Raw milk	SMP	Butter	Cheese	Food	Milk/cheese/eggs
EU	-28%	-42%	-37%	-21%	6%	4%
Belgium	-45%	-48%	-42%		6%	6%
Bulgaria	-11%				9%	5%
Czech Republic	-38%	-49%	-46%	-29%	3%	-4%
Denmark	-30%	-47%	-23%		5%	2%
Germany	-39%	-49%	-43%	-37%	3%	-3%
Estonia	-28%			-14%	7%	-1%
Ireland	-43%	-44%	-41%		4%	9%
Greece	-13%				6%	4%
Spain	-28%		-24%		3%	0%
France	-12%	-46%	-44%		5%	7%
Italy	-12%		-45%		5%	5%
Cyprus	20%				13%	5%
Latvia	-34%	-11%	-41%	-19%	15%	8%
Lithuania	-43%			-7%	14%	-2%
Luxembourg	-35%				4%	5%
Hungary	-33%	-46%	-1%		8%	5%
Malta					13%	10%
Netherlands	-39%	-47%	-46%	-44%	7%	7%
Austria	-20%				5%	-2%
Poland	-40%	-54%	-44%	-44%	6%	0%
Portugal	-17%		-39%		3%	1%
Romania					9%	14%
Slovenia	-6%			1%	6%	10%
Slovakia	-32%	-20%	-29%	-33%	3%	-2%
Finland	3%		-30%	0%	14%	22%
Sweden	-33%				9%	8%
United Kingdom	-27%		-57%	-27%	13%	11%

Fonte: MADRP, GPP. 29 de Outubro de 2009

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

A agricultura é uma actividade com uma especificidade reconhecida, que vai para além do seu importante papel na produção de alimentos, na medida em que é fundamental para a preservação do ambiente, é essencial no combate à desertificação e, por isso, desempenha um importante papel na sustentabilidade e no desenvolvimento do mundo rural. É, por isso, reconhecido em diversos estudos que existe um significativo número de explorações agrícolas que não são competitivas, mas para as quais devem ser

criadas condições de subsistência, pelos outros papéis relevantes que desempenham.

É neste contexto que um dos principais instrumentos de apoio, postos à disposição da agricultura e do desenvolvimento rural, é o Programa de Desenvolvimento Rural, o PRODER no caso do Continente, consonante com o Plano Estratégico Nacional (PEN) e as orientações comunitárias para o Desenvolvimento Rural. Em simultâneo, estão definidos em Protocolo de Articulação, a delimitação de responsabilidades de financiamento e a complementaridade de intervenção entre o PRODER e o QREN.

O PRODER é composto por quatro subprogramas, a saber: o da Promoção da Competitividade, o da Gestão Sustentável do Espaço Rural, o da Dinamização das Zonas Rurais e o da Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências.

Os dados recentes disponíveis, reportados ao início do mês de Abril, revelam que a taxa de execução global do programa é muito baixa – 17%. Estando em análise a importância da competitividade das empresas, importa então analisar em particular o Subprograma 1 - Promoção da Competitividade: a sua execução global é de 4%, uma percentagem inaceitável.

Importa recordar que o programa deveria vigorar desde 1 de Janeiro de 2007, o que não aconteceu. A principal acção do PRODER que visa o apoio ao investimento nas explorações agrícolas e também na transformação e comercialização de produtos agrícolas, integrada no Subprograma 1, é a Modernização e Capacitação das Empresas. O primeiro concurso para apresentação de candidaturas abriu apenas em Maio de 2008, tendo decorrido cinco concursos ao longo de 2008 e 2009. Ainda hoje, em 2010, promotores que apresentaram o seu projecto em 2008, mas sobretudo em 2009, aguardam uma decisão de aprovação ou o contrato de atribuição de apoios. Tendo em conta o total de candidaturas apresentadas, não obstante poder incluir candidaturas reprovadas ou reformuladas, em Março de 2010, apenas 18% estavam contratadas e a taxa de execução global da medida, em termos de pagamentos aos beneficiários, era de 2%. Nenhum investimento se compadece com um, muito menos, com dois anos de atraso para a sua aprovação. Tal facto é ainda mais grave no sector agrícola em que a decisão do investimento, para além de todas as condicionantes económicas e financeiras, está dependente de condicionantes climatéricas e ciclos culturais que o promotor do investimento não controla.

Os instrumentos de política de promoção do investimento devem ser claros e transparentes, simples, ágeis e céleres, pois só assim constituem ferramentas eficazes na promoção do investimento e consequente dinamização e modernização do sector.